



*[Handwritten signature]*

**Reunião ordinária – Ata n.º 24/2016**

**Data** 2016-09-26

**Início** 14.30 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.20 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Maria João Brites da Costa Henriques**

**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----**

**BALANCETE -----**

**PROPOSTAS:-----**

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 01 – VOTO DE PESAR (33/PPRC/PR/2016) -----**

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES: -----**

**N.º 02 – PORTAGENS NA A13 (22/PPSR/DAJA/2016 - 19/DIVER/DAAOA/2013) -----**

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

**N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NOS MESES DE JULHO E DE AGOSTO DE 2016 (66/PGEN/PR/2016 - 5/DIVER/PR/2013) -----**

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (32/PPRC/PR/2016) -----**

**N.º 05 – FESTA DOS TABULEIROS DE 2015 – custos suportados pelo Município (34/PPRC/PR/2016)-----**

**GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**



J  
F  
2

**N.º 06 - FEIRA DE SANTA IRIA 2016 - TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO**  
(61/PGEN/GELS/2016 - 1/DIVER/GELS/2016)-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 07 - TOPONÍMIA - ATRIBUIÇÃO DO NOME DO CIDADÃO JOAQUIM DA COSTA SANTOS A ARTÉRIA NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR** (1554/ENTE/DAJA/2014 - 55/DIVER/DGT/2014) -----

**N.º 08 - RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DE SANTA IRIA PARA FUNCIONAMENTO DE HOTEL DE 3 ESTRELAS - arranjos exteriores e cedências para o domínio público municipal** (62/RJUE/DGT/2016 - 387/EDIF/DGT/2016) -----

**N.º 09 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** (139/PEDI/DGT/2016 - 370/DIVER/DGT/2016)-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 10 - MERCADO DA REPÚBLICA 2016 - isenção de taxas e de tarifas** (91/PGEN/DTC/2016 - 5/ASSCUL/DTC/2014)-----

**N.º 11 - FESTIVAL BONS SONS 2016 - cedência de equipamento e de combustível** (1/REQE/DOM/2016) -----

**N.º 12 - FESTIVAL VENS OUVIR OU VENS CURTIR? - apoio dos Bombeiros e cedência de equipamento** (5967/ENTE/DAJA/2016 - 1/PEDID/DTC/2014) -----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 13 - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém** (5809/ENTE/DAJA/2016 - 1/JUVENT/UDJ/2014)-----

**N.º 14 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE WAKEBOARD E WAKESKATE** (6/PPRC/UDJ/2016) -----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 15 - ACEITAÇÃO DE DONATIVO EM COMBUSTÍVEL DA GALP** (156/PGEN/DPC/2016)

**EXPEDIENTE:-----**

**N.º 16 - FESTA DOS TABULEIROS DE 2015 - MAPA DE EXPLORAÇÃO** (5838/ENTE/DAJA/2016 - 24/ORGFUN/PR/2014)-----

**Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----**

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão tomou a palavra para dar um breve esclarecimento acerca**



de uma notícia que surgiu esta semana num dos semanários do concelho acerca do Parque de Campismo. Deixou a nota de que o Município não foi questionado sobre o assunto e que, portanto, a notícia saiu sem ter havido confirmação dos dados ou do que quer que fosse em relação ao Município. De facto, é verdade que a ASAE fez uma inspeção há alguns meses, mais concretamente em julho, quando decorria a Festa Templária. Na sequência dessa inspeção, o Município foi autuado, mas neste momento, ainda não se sabe efetivamente qual o valor em causa que pode vir a resultar dessa contraordenação, mas com certeza que ele existirá, essencialmente pelos motivos invocados e que são conhecidos de todos. Neste momento estão a trabalhar no sentido de vir a resolver a situação e eventualmente fazer algumas reformulações no Parque de Campismo. O problema prende-se com o facto de o Parque existir num local para o qual, em termos de Plano de Pormenor, não estar prevista a sua existência. Referiu ainda que, como é sabido, há alguns anos atrás, um determinado Executivo, fez um Plano de Pormenor para o local, que não contemplava um Parque de Campismo e, portanto, quando reabriu, de facto, passou a estar numa situação ilegal. Todos tem consciência disso e tem vindo a trabalhar no sentido de poder vir a resolver essa situação, com o apoio quer dos serviços de gestão urbanística, quer dos serviços jurídicos. A nota que queria deixar é que, há de facto um fundo de verdade na notícia que foi colocada na comunicação social, não são verdade os valores que foram apontados e é um assunto com o qual estão a trabalhar há algum tempo e provavelmente daqui a algum tempo poderá haver mais informações sobre o assunto. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** tomou a palavra para informar que deixou a todos os Vereadores um cartaz sobre um workshop de agricultura biológica que irá ocorrer a sete de outubro, na Biblioteca Municipal. Referiu que aceitaram essa parceria, por entenderem ser uma área importante para o concelho e que deve ser divulgada e acarinhada, no sentido de vir a ter alguns resultados positivos no futuro. -----

Informou também que deixou um convite a todos os Vereadores para a cerimónia de abertura da Feira de Santa Iria.-----

Relativamente ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, informou que já se iniciaram os trabalhos de arranjo dos espaços onde irá funcionar uma enfermaria de medicina interna, onde irão ser colocadas vinte e duas camas e que essa enfermaria irá abrir ao público na semana de vinte de outubro. Na prática, durante essa semana, será formalizada a abertura desta enfermaria. Estas vinte e duas camas resultam de uma redistribuição a nível global do Centro Hospitalar do Médio Tejo, que não irá ficar com mais camas do que aquelas que possui neste momento.



Trata-se meramente de uma redistribuição de camas. Referiu ainda que os médicos que vão estar envolvidos no funcionamento dessa enfermaria de medicina interna, são médicos residentes em Tomar e que neste momento prestam serviços na unidade hospitalar de Abrantes.-----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** referiu que o PSD há muito que alerta que a medicina interna iria ser assegurada por médicos contratados, chamados médicos tarefeiros. Conforme declarações do Sr. Vereador Bruno Graça, irá haver uma redistribuição de camas, ou seja, não irá haver aumento de camas, apesar de acharem que havia o dobro das camas antes da saída da medicina interna de Tomar. No entanto, a informação que possuem é que esses serviços irão ser assegurados por tarefeiros, apesar do Vereador Bruno Graça referir que estes serviços irão ser assegurados por médicos de Tomar. Parece-lhes que para vinte e duas camas e com apenas esses médicos seja difícil assegurar a medicina interna em Tomar. Viram os concursos e a maior parte ficaram desertos, pelo que não há mais médicos no Centro Hospitalar do Médio Tejo e, para poderem ter um serviço com qualidade e eficiente será necessário existir mais médicos e não apenas tarefeiros, como parece que está aqui presente. Assim, sugeriu que o Órgão Executivo, caso a Sra. Presidente assim o entenda, interpele, desde já o Sr. Ministro da Saúde, no sentido de saber se é verdade ou não que os serviços de medicina interna irão ser assegurados pelos chamados tarefeiros que virão fazer algumas horas, uma vez que não abriram concursos e os que abriram, até agora, para a medicina interna, ficaram desertos. Ainda sobre a questão da saúde, sabem que foi promessa deste Governo PS, o regresso das urgências médico-cirúrgicas ao Hospital de Tomar e até agora, sobre esse assunto, nada. Ainda bem que vem a medicina interna, esperam que funcione, esperam que não seja só uma valência que apenas fique a constar na entrada do Hospital e depois não venham dizer que o Hospital não aguenta para depois transferi-la novamente para Abrantes. Esperam que isso não venham a acontecer e propõem que seja feita uma interpolação ou que seja tomada uma posição deste Executivo a exigir as urgências médico-cirúrgicas neste Hospital, porque todos sabem e não vale a pena escamotear, que a medicina interna sem urgência médico-cirúrgica, não funciona. É necessário que estejam uma ao lado da outra, porque trabalham em consonância uma com a outra. Portanto entendem ser necessário que haja uma tomada de posição deste órgão e que seja feita uma interpolação de imediato ao Ministério da Tutela no sentido de saber para quando está previsto o regresso da valência das urgências médico-cirúrgicas.-----

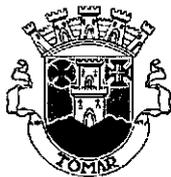
Outra questão que pretendem saber, prende-se com a notícia que recentemente veio a público



por parte do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, no sentido de aumentar as competências das Câmaras Municipais. Referiu que o PSD nada tem contra o aumento das competências, no entanto entendem que o aumento de competências, tal como foi para as Juntas de Freguesia, deve ser acompanhado de meios para que possam funcionar. Ficaram a saber que é intenção deste Governo passar para as Câmaras Municipais o processamento e pagamento das pensões sociais ou seja, das pensões não contributivas e também dos rendimentos sociais de inserção, considerando que é muito complicado conseguir fazer a gestão do processamento e pagamento deste tipo de contribuições. Face a esta situação questionou se a Sra. Presidente já teria alguma informação privilegiada sobre o assunto e como poderá o Município fazer frente a uma questão como esta. -----

Referiu ainda, apesar de ser um assunto que está na ordem do dia, querer deixar a sua manifestação, em ata, que lamentam a perda do Sr. António Lopes Rodrigues, Presidente da Junta de Santa Maria dos Olivais, durante vários anos, um empresário de Tomar que, também nessa qualidade, também teve um papel muito importante até na ação social e ajudou muito gente, uma figura sobejamente conhecida, pelo seu sorriso e pela sua simpatia, um verdadeiro democrata e por isso querem desde já, assinalar e lamentar a perda de, infelizmente, mais uma personalidade ilustre de Tomar. -----

Finalmente, deixou para reflexão e manifestou a sua posição, pelo facto de terem tomado a posição de não quererem trabalhar com o PSD, e têm respeitado essa posição, mas neste momento veem um órgão onde tem dois vereadores do PS, com pelouros atribuídos, um vereador da CDU que tanto diz que está como não está ligado, e as coisas estão como estão. Pretendem ser sinceros e obviamente, estão aqui no sentido de colaborar e estar no sentido de contribuir para uma melhor gestão deste Executivo e consideram que será de pensar que as reuniões passem a ser semanais. Considera importante refletirem sobre isso e deixa a sugestão à Sra. Presidente para que, na próxima reunião de Câmara, tome a iniciativa de alterar a periodicidade das reuniões até porque estão a um ano de eleições e existem assuntos importantes a debater. Até porque trabalhar sozinho, se não sabem, deveriam saber, não é vantajoso e entende que deveriam transmitir opinião a todos e corroborar a opinião com todos, pedir ideias a todos, não só para alguns assuntos, mas para todos os que interessam para a gestão de Tomar, pelo que considera importante tornar as reuniões semanais. Até porque, são um órgão executivo, são sete, tem uma ambição comum, que é o desenvolvimento e os interesses de Tomar e como tal pensam que seria importante que a Sr. Presidente, caso assim o entenda, levasse à próxima reunião essa proposta de alteração da



J.  
J.

periodicidade das reuniões. O PSD está completamente de acordo com essa tomada de posição. -----

Por fim, lamentou o facto de, relativamente à solução para o Flecheiro, a Sra. Presidente preferir dar informações à Rádio Hertz, não pondo em causa o órgão de comunicação social que considera um órgão de prestígio, do que a cada um dos membros do Executivo. Apesar dos vários requerimentos que apresentaram, desde dois mil e catorze, nunca obtiveram respostas. Considera que todos foram eleitos e que a Sra. Presidente está a faltar ao respeito aos vereadores, mas também aos eleitores que esperam de quem está no poder e de quem está a gerir o melhor para poder gerir e esperam também da oposição, o melhor para colaborar com quem está a gerir e daqui saírem as soluções mais vantajosas para todos. Passado este tempo todo, ficaram a saber, através da própria Rádio Hertz que, de facto existe uma solução para o Flecheiro que passa pela instalação, nos terrenos adjacentes à GNR, para onde iriam, numa primeira fase, 25 pessoas e que já tem projeto aprovado. Se já tem projeto aprovado é porque já tem candidatura para o efeito, é porque já houve diligências sobre o assunto e nenhuma resposta foi dada aos requerimentos sobre as soluções para o Flecheiro. Se tivessem sido dadas respostas aos requerimentos, o PSD poderia dar contributos nas soluções a tomar, até porque poderiam existir outras soluções. Face ao exposto, apresentou a seguinte declaração para o ata: -----

**“Interpelação/Requerimento-----**

**Sr.ª Presidente, afinal qual é a solução para o Flecheiro?-----**

**Onde está o parque nómada prometido para 2015?-----**

1. Em setembro de 2011, era amplamente divulgado pelo Partido Socialista, atualmente a dirigir os destinos da Câmara Municipal, que tinham solução para espaço do Flecheiro”-----

2. Aliás, no âmbito de uma discussão havida no período antes da ordem do dia, da reunião de Câmara, naquele ano de 2011, os vereadores do Partido Socialista, afirmaram o seguinte:-----

"consideramos que esta área da Cidade precisa de uma requalificação, nomeadamente desenvolvendo uma estratégia conjunta de intervenção social e da constituição de diversos Núcleos de Alojamento Temporário, em diferentes localizações do Concelho, para os habitantes das zonas da agora anulada intervenção." -----

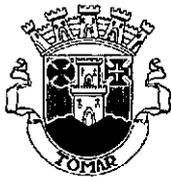
3. Senhora Presidente, na sua agenda de “Mudança”, tantas vezes foi por V. Ex.ª anunciada e proclamada a necessidade imediata de desenvolver uma intervenção de limpeza e Salubridade Pública no espaço envolvente à zona do Flecheiro como também a necessidade de demolição de ruínas e armazéns abandonados; -----



*J*  
*J*

7

4. Disse também que iria promover a deslocalização da comunidade Cigana de forma programada e integrada envolvendo a própria comunidade;-----
5. Em Março de 2014, V. Ex.<sup>a</sup> teve a amabilidade de, em plena reunião de câmara, comunicar o conjunto de despachos que ultimou, mas até agora nada sabemos do que em concreto, após 100 dias de mandato, diligenciou sobre esta questão em particular;-----
6. Em 31 de Março de 2014, os vereadores do PSD solicitaram informação relativa às medidas e diligências que até então tinham sido efetuadas sobre o assunto em questão e discussão, nomeadamente como, quando e para onde se pretende a deslocalização da referida comunidade, de forma programada e integrada e para quando a intervenção de limpeza e Salubridade Pública no espaço envolvente à Zona do Flecheiro;-----
7. Ficámos à espera de uma resposta breve e concreta, na esperança de que este tema não tivesse sido mais uma vã e infrutífera promessa eleitoral por parte do Partido Socialista, que em conjunto com a CDU, lidera os destinos da Câmara Municipal. -----
8. Acontece que até à presente data não obtivemos qualquer resposta. -----
9. Então, em 13 de Outubro de 2014 apresentámos novo requerimento sobre o assunto em questão, uma vez que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr.<sup>a</sup> Presidente, decidiu dar uma entrevista à Rádio Hertz afirmando que a solução passava por um parque nómada. -----
10. Os vereadores do PSD lamentaram, profundamente, que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha dado, até essa data, qualquer resposta ao nosso requerimento e tenha preferido dar essa informação numa entrevista concedida recentemente à Rádio Hertz, o que se traduz numa falta de respeito perante as pessoas que constituem o órgão que preside;-----
11. Infelizmente já não era a primeira vez que os vereadores do PSD tinham conhecimento das decisões tomadas por V. Ex.<sup>a</sup>, através da comunicação social em vez de as terem em reunião do executivo. Mas neste caso tornou-se ainda mais grave, dado que se constatou que V. Ex.<sup>a</sup> não quis, deliberadamente, responder ao referido requerimento, dentro do prazo legal, dando essa informação à Comunicação Social, o que os vereadores do PSD não deixaram de lamentar.-----
12. Por isso, em 13 de outubro de 2014 os vereadores do PSD reiteraram o teor do citado requerimento e solicitaram também informação adicional relativa às medidas e diligências que tinham sido efetuadas, nomeadamente como, quando e para onde se pretende a deslocalização da referida comunidade cigana, de forma programada e integrada e para quando o início dos trabalhos?-----



g.  
f

13. Solicitámos uma resposta breve e concreta, pois caso assim não fosse, resultaria que esse anúncio do referido "Parque Nómada", mais não era que uma operação de propaganda e marketing, para adiar uma das muitas promessas socialistas.-----

14. Acontece que até à presente data, ou seja 26 de SETEMBRO de 2016 V. Ex.<sup>a</sup> não deu qualquer resposta aos requerimentos apresentados pelos vereadores do PSD, o que nos leva a concluir que a promessa da solução para o Flecheiro em 100 dias foi FALSA, apenas para angariar votos dos eleitores e nunca existiu qualquer projeto para a construção de Parque Nómada, que apenas serviu para camuflar e esconder uma das muitas promessas eleitorais que V. Ex.<sup>a</sup> fez e que sabia bem que não podia cumprir. -----

15. Para nosso espanto, ficámos agora a saber pela Rádio Hertz que, passamos a citar: "Vinte e cinco pessoas que nesta altura residem no acampamento de etnia cigana do Flecheiro serão colocadas, «a breve prazo», em habitações que serão erguidas nos terrenos próximos ao Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Tomar"; -----

16. Mais uma vez, a falta de resposta aos sucessivos requerimentos dos vereadores do PSD, nomeadamente sobre o assunto em questão, além de constituir uma clara e grave violação da Lei, traduz uma falta de respeito não só por este órgão que V. Ex.<sup>a</sup> preside, como também por todos os eleitores que esperam de todos os autarcas, quer os que estão na gestão, quer os que estão na oposição, que cumpram com lealdade "as funções que lhes foram confiadas"; ----

17. V. Ex.<sup>a</sup> preferiu dar a informação à comunicação social em vez de responder a quem, há mais de 2 anos e de uma forma democrática, legar e regimental lhe fez a questão. -----

18. Segundo aquele órgão de comunicação, o projeto encontra-se aprovado pelo que, agora, é altura de lançar procedimentos para que as obras se possam iniciar, tendo V. Ex.<sup>a</sup> garantido que, à medida que os cidadãos saírem do acampamento, as barracas serão imediatamente demolidas. -----

19. Neste sentido, requeremos: -----

a) Que nos seja facultada cópia integral desse mesmo projeto; -----

b) Que procedimentos e qual agendamento estipulado para o início das obras; -----

c) Que medidas e diligências foram efetuadas sobre o assunto em questão; -----

d) Qual a data prevista da deslocação gradual; -----

e) Visto que apenas serão deslocadas, para já, 25 pessoas, segundo informação prestada por V. Ex.<sup>a</sup>, para onde e quando serão deslocadas as outras famílias. -----

20. Tal como nos requerimentos anteriores, solicitamos uma resposta breve e concreta, pois caso contrário, teremos mais uma vez de concluir que esse anúncio mais não é do que outra



operação de propaganda e marketing, para fazer esquecer uma das muitas promessas socialistas.” -----

**A Sra. Presidente** respondeu que relativamente à questão da saúde, questão pela qual sempre tiveram de acordo, foi feito mais agora do que aquilo que foi feito pelo anterior Governo. Sempre tiveram de acordo de que era necessária a medicina interna, a urgência médico-cirúrgica e a ligação de Tomar a Coimbra e, portanto, entende que não é na praça pública e com posições de força que levam a água a bom moinho. Referiu que uma das reivindicações vai estar cumprida a breve trecho, que é a questão da medicina interna e de acordo com aquilo que o Sr. Vereador aqui partilhou, que a mesma será assegurada por médicos de Tomar. Em lado nenhum temos informações que serão tarefeiros. Existe outro dado que já foi partilhado com os Senhores Vereadores e que não estava nas reivindicações que tem a ver com a instalação de um TAC na unidade de Tomar para fevereiro de dois mil e dezassete. A seguir é óbvio que vão ter que conversar com o Conselho de Administração para irem ao encontro da segunda reivindicação, que é a questão da urgência médico-cirúrgica, um passo de cada vez. Ninguém abandonou a questão da urgência médico-cirúrgica, mas tão importante como essa questão, é a questão de redefinir o que é o Centro Hospitalar do Médio Tejo e o facto da unidade de Tomar poder ter ligação direta a Coimbra, que foi o que esteve sempre nas nossas posições. -----

Quanto às competências para as Câmaras Municipais, informou que também ouviu as declarações e referiu que tal como no passado quiseram passar a questão das escolas à qual se opôs, não faz parte das competências de uma Câmara pagar pensões não contributivas ou pagar Rendimentos Sociais de Inserção. Considera que há funções que são do Estado e sempre se opôs a que fossem protocoladas com IPSS ou com Santas Casas de Misericórdia, quanto mais com Autarquias. No entanto parece que a notícia já foi desmentida. -----

Quanto à periodicidade das reuniões de Câmara, referiu que a qualquer momento podem ser semanais, caso assim se justifique. No entanto, mais do que a periodicidade, é o facto de as reuniões deixarem de ser abertas ao público. Por lei, só existe obrigatoriedade de haver uma reunião aberta ao público, por mês, que é aquela onde normalmente os cidadãos se inscrevem. Na maior parte das autarquias as reuniões de Câmara são feitas à porta fechada. Isso permite discutir, nomeadamente aquilo que o Sr. Vereador elencou no final e partilhar um conjunto de informações de uma forma muito mais aberta. Portanto, a questão da periodicidade nem sequer se coloca, se houver assuntos para os quais seja necessário reunir,



poder-se-á alterar a periodicidade, fazendo reuniões extraordinárias, no entanto entende não ser esse o problema. -----

Quanto à questão do Flecheiro, informou que já disse por diversas vezes, quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal, quer nos órgãos de comunicação social, que a resolução da questão do Flecheiro passava por várias soluções. É sempre isso que tem dito. Até costuma dizer que passa por um parque nómada ou outro nome que lhe queiram chamar, passa por um ou mais, passa pela reabilitação das escolas do concelho, por transformá-las em habitação social, para todos os cidadãos do concelho, não só para os oriundos de etnia cigana. As soluções são várias, no entanto o construir casas e dar casas sem ter associado aquilo que é um processo de integração social, é transferir o problema de um lado para o outro. Percebe que se possam sentir incomodados porque ao longo destes anos todos, nunca houve, nem vontade... aliás, foi apresentada, num Executivo do PSD, uma solução para o Flecheiro, no entanto não foi implementada. Referiu mais uma vez que não é assunto que se esteja a discutir na praça pública e que irá responder aos requerimentos apresentados. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** tomou a palavra para complementar um pouco mais e lamentar o facto de o PSD querer fazer deste assunto uma questão política, que não o deveria ser. Deveria ser uma questão consensual, pelo menos pela complexidade que o assunto tem e pelos quarenta anos em que nada se fez e entende que deveria haver alguma contenção nas coisas. Com todo o respeito e amizade que tem pelo Vereador João Tenreiro que, além de Vereador é presidente do maior partido da oposição, sendo o candidato mais natural desse partido, só não o será se não tiver confiança para tal, referiu que ainda não ouviram propostas, ouviram muitas críticas, mas nada de propostas. Voltou a relembrar aquilo que já foi feito neste mandato e que pode ser pouco, mas que nunca foi feito nos quarenta anos anteriores. Nunca saíram famílias do Flecheiro nestes quarenta anos. Neste mandato já saíram cinco famílias por realojamento e mais uma ou duas que conseguiram devolver aos municípios de origem. Tem ainda mais duas famílias, no âmbito do concurso de habitação social a decorrer, para serem realojadas. É pouco, mas é mais do que aquilo que foi feito nos quarenta anos anteriores. Já foram eliminadas barracas no Flecheiro, coisa que nunca foi feito. Não fizeram notícias sobre o assunto, se calhar deveriam ter feito. Têm conseguido impedir que novas famílias se fixem no Flecheiro, com muita dificuldade porque é um trabalho diário de articulação, nomeadamente com as várias instituições do concelho, mas também de outros concelhos, nomeadamente também com a Segurança Social, a Educação, a Saúde e com várias áreas. Pode ser pouco, mas é muito importante. Informou que as soluções foram



apresentadas, a Sra. Presidente já o referiu, a solução tem que ser mista, quer por pequenos núcleos de alojamento, como este caso que tem sido erradamente colocado na praça pública. Existe trabalho há mais de um ano a ser feito no sentido de vir a ser criado um pequeno núcleo de seis habitações no terreno municipal junto à GNR. Esta é uma das soluções. Há a via normal dos concursos de habitações, em que foram colocadas cerca de vinte famílias, mas parece que só as cinco de etnia cigana é que dão discussão. A outra via é por recuperação de alguns edifícios, nomeadamente escolas encerradas, também para transformação e habitação social. Existe também, por via de um regulamento existente, mas que nunca foi aplicado, o apoio ao arrendamento. Por via deste regulamento, conseguiu-se apoiar duas famílias, infelizmente, os casos não foram bem-sucedidos e acabaram por regressar ao Flecheiro. Portanto, sempre foi dito que as soluções são diversas e são muitas. Há ainda, de facto, a questão da intervenção a outro nível que é a da procura ativa de soluções para o efeito, junto do IHRU, junto do Alto Comissariado, junto da Secretaria de Estado. Aliás as declarações que foram proferidas junto da comunicação social, à saída de um evento que foi realizado com a presença da Sra. Secretária de Estado, onde foi dito, para quem quis ouvir que Tomar está de facto e finalmente a trabalhar no sentido correto da integração. Até isso, por simbólico que possa ser, é algo completamente diferente daquilo que alguma vez foi feito neste concelho. Portanto, não só trabalhamos para o efeito, mas também trazemos os governantes e chamamos a atenção para o efeito. Ter cá a Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade para vir precisamente a um fórum sobre cultura cigana, com a presença quer de atores da comunidade, quer da própria comunidade de etnia cigana, é algo absolutamente único por muito que isto possa custar a quem de facto não fez nada em todos os anos que cá esteve. Voltando ao assunto, mais concretamente do terreno, é uma das muitas soluções que está a ser trabalhada. O projeto dessas seis habitações virá ao Executivo quando tiver pronto para ser aprovado. São seis habitações modelares e obviamente que as famílias que venham a ser lá colocadas serão devidamente identificadas, e isso só poderá ocorrer depois da construção se iniciar, com os critérios que obviamente, nessa altura, serão conhecidos. Este exemplo, poderá ser um exemplo a repetir noutros locais assim consigam identificar outros terrenos onde seja possível criar pequenos núcleos, sendo que a estratégia base, que é a correta nestas questões de reintegração destas comunidades e é a que a própria comunidade de etnia cigana também deseja, é efetivamente a separação por pequenos núcleos, em pequenos locais e não aquilo que foi a única coisa que alguma vez se soube mas que não se fez, aquilo que no passado esteve em causa, que era pegar em todo o Flecheiro e fazer um gueto noutra sitio qualquer.



J  
J

Não é isso, apesar daquilo que já viu partilhado por algumas pessoas do PSD e nomeadamente pelo próprio Vereador João Tenreiro. Não é nada disso que está em causa, não há deslocação do Flecheiro para outro local, o que há, é efetivamente soluções muito diversificadas sobre a matéria. Agora, como a Sra. Presidente e ele próprio já disseram, estas coisas quanto mais são discutidas na praça pública, com argumentos muitas vezes falsos, com tudo aquilo que se tenta fazer para fazer disto um caso político, não ajuda ninguém, não ajuda à credibilização sequer da política e dos autarcas e acima de tudo não ajuda a nossa comunidade nos problemas que tem há muitas décadas. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** questionou quem e onde se estava a discutir este assunto na praça pública. Disse que estava a discutir aqui o assunto porque era o Órgão Executivo. Referiu que quem estava a discutir o assunto na praça pública era a Sra. Presidente que, está a criticar o facto de as reuniões serem públicas, uma por mês, e vai dizer para a Rádio Hertz que tem um projeto aprovado sobre isto. Pediu ao Sr. Vereador Hugo Cristóvão para não por nas suas palavras aquilo que não disse. Porque nem disse, nem ninguém o ouviu criticar qualquer solução para o Flecheiro. Nunca ouviram, da parte do PSD, discutirem a questão do Flecheiro na praça pública. Quem discute o assunto na praça pública é o PS, nomeadamente um deputado municipal a quem já retiraram a confiança política. Portanto, têm que ter cuidado com as palavras e as acusações ao PSD. O PSD é um partido nobre, que faz oposição responsável ao qual se orgulha de presidir. Disse que fizeram vários requerimentos escritos, que referem muito mais daquilo que disse em reunião e que até os podia ler mas entende não o fazer por ser uma questão sensível. Apenas trás o assunto à reunião porque é aqui que o tem que discutir. Referiu mais uma vez que não está a criticar esta solução para o Flecheiro. Desde dois mil e treze que tentam inteirar-se das questões do Flecheiro até para poderem dar o seu contributo e para poderem, os sete, resolver um problema que é grave em Tomar. Todas as vezes que entra em Tomar do lado sul, choca-lhe, assim como deve chocar o Sr. Vereador Hugo e como deve chocar a Sra. Presidente e a cada um de nós. Enquanto andam aqui neste jogo do rato e do gato sobre a questão do Flecheiro, culpando o passado, se calhar têm que ir ao tempo da Quinta de Santo André, porque se calhar aí é que estão os culpados. Têm que aprender com o passado e olhar para o futuro. Se houve erros no passado em relação ao Flecheiro, houve, hoje estão aqui os sete e todos têm responsabilidades. Existe um projeto aprovado tal como a Sra. Presidente diz e passou a ler a notícia que a Rádio Hertz, emitiu a 14 de setembro de 2016: "A confirmação foi avançada à Hertz por Anabela Freitas, Presidente da Autarquia Nabantina. Este cenário já avançado há alguns meses, tem projeto aprovado pelo



que agora, é altura de lançar os procedimentos para que as obras possam iniciar.” Face à notícia, referiu que se trata de um projeto já muito avançado e que não tem conhecimento dele, apesar dos vários requerimentos. -----

Quanto às reuniões públicas, entende que neste momento, nesta fase as reuniões deveriam ser semanais, se públicas ou não fica ao critério da Sra. Presidente. Também entende que as reuniões públicas da Câmara se deveriam iniciar a partir das dezanove horas ou até das vinte e uma para que possam dar oportunidade ao público de estar presente, porque a maior parte do público está a trabalhar, apesar da maioria da população de Tomar ser envelhecida e muita dela estar aposentada. E se a questão é essa podem tornar as reuniões públicas, verdadeiramente públicas e coloca-las a uma hora em que as pessoas possam estar presentes e que possam participar ativamente e ver o que é a gestão da Câmara. Se estivesse a gerir os destinos da Câmara não teriam qualquer problema em fazê-lo, até para demonstrar a todos como é gerir uma autarquia e muitas vezes para saberem as dificuldades que existem para fazê-lo. -----

Lembrou o Sr. Vereador Hugo Cristóvão que, na altura da revisão do orçamento, requereram uma lista das escolas que eram destinadas para habitação social, há cerca de três meses e ainda não obtiveram resposta. Gostaria de saber que escolas primárias estão destinadas a habitação social. -----

**A Sra. Presidente** respondeu que a questão do Flecheiro não se resolve de um dia para o outro, ou seja, quando se chega a uma solução do projeto, ela já tem que vir sendo trabalhada há vários meses. Neste caso concreto, há mais ou menos um ano que tem vindo a ser trabalhada. Portanto, reiterou aquilo que já disse nas declarações que fez ao órgão de comunicação social e não retira uma vírgula daquilo que disse. Poderiam estar muito mais dentro das soluções que estão a ser construídas, até porque não se centra única e exclusivamente na construção de habitações, mas com já referiu, não se pode falar dessas questões assim. -----

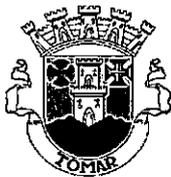
**O Sr. Vereador Pedro Marques** tomou a palavra para salientar aquilo que considera positivo, sendo uma delas a questão da medicina interna. Ainda bem que as coisas se estão a desenvolver e espera que não seja porque há eleições. Referiu que concorda com o Sr. Vereador João Tenreiro no que se refere às urgências médico-cirúrgicas e claramente não tem dúvidas nenhuma que o número de camas é muito inferior aquilo que existia. De qualquer modo, é uma notícia positiva e concorda em absoluto com a Sra. Presidente quando refere que o trabalho tem que ser feito nos bastidores e gabinetes. As coisas não são para serem públicas



antes de acontecerem, concorda perfeitamente com isso, mas há uma coisa que discorda, é o facto de não serem informados atempadamente e isso tem a ver também com a questão das famílias de etnia cigana e com o discurso da Sra. Presidente para a Rádio Hertz, quase há quinze dias atrás. Temos campanha eleitoral. Os primeiros a saber deveriam ter sido eles e não souberam. Nas informações iniciais desta reunião, se a Sra. Presidente já tinha tornado a informação pública, não custava nada tê-lo dito aqui, ao Executivo, conforme passou a palavras ao Sr. Vereador Hugo Cristóvão e ao Sr. Vereador Bruno Graça. Mas não foi essa a posição e fica registado, ou seja, é a sua estratégia e não discute. Pode não concordar com ela e como podem apresentar propostas, possam ou não passar no Executivo, ficando com cada um depois para que efetivamente não sejam assim tão ignorados ou tão apanhados de surpresa quando fazem parte do Executivo da Câmara. -----

Seguidamente, perguntou quando é que foi a visita da ASAE ao Parque de Campismo. -----  
**A Sra. Presidente** informou que a visita à ASAE foi no dia da inauguração da Festa Templária, no início de julho. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** retomou a palavra dizendo que o assunto veio hoje a reunião de Câmara porque um órgão de comunicação social apareceu com ele. Há tanto tempo, e não foram informados. Aí é que está a questão que nos leva a outras coisas. É uma questão de transparência, já falaram nisso várias vezes. Se o órgão de comunicação social noticiou bem ou mal, desconhecem, porque não foram informados daquilo que se passava. Portanto se isso aconteceu há tantos meses atrás, não deixa de ser curioso não terem sido informados da visita da ASAE ao Parque de Campismo. Que a situação do Parque de Campismo tem a ver com o Plano de Pormenor, não tem dúvidas, e o problema já não é de agora, questiona-se é porque é que o assunto não está já resolvido. Não sabe que diligências estão a ser feitas, mas espera que sejam informados disso. Não é surpresa que tratem de determinados assuntos e não lhes deem conhecimento, acontece constantemente. Tem o exemplo do projeto do Lidl e acontece também hoje com um processo da Rua de Santa Iria que vem a reunião para tomarem decisões sobre algo que é consequência da aprovação de um projeto do qual não tiveram conhecimento. Não quer isso dizer que não estejam de acordo, mas como é que podem tomar posições sobre aquilo que lhes pedem hoje se nem sequer conhecem o projeto. Quando viu o processo na ordem do dia, teve vontade de mandar um email à Sra. Presidente e apresentar uma proposta para avocar o processo à reunião de Câmara. Já quando foi do Lidl, tomaram decisões sem conhecer o projeto. Já ouviu dizer que terá dois pisos, mas não sabem, não conhecem, esta é a realidade. E é isto que se vai



passando. E por isso mesmo, quer dizer, com toda a franqueza, que nesta coisa não fica, nunca ficou e não vai agora ficar pelas meias tintas. O Sr. Vereador João Tenreiro falou nas reuniões semanais e foi uma posição que sempre tiveram nas primeiras reuniões de Câmara, quando se aprova o regimento. Entende que deveriam haver reuniões semanais, mas pensava que neste mandato as coisas poderiam ser diferentes com a aprovação do portal da transparência. Se foi aprovado por unanimidade, quem toma decisões como aquelas que já aqui hoje foram faladas, terá obviamente, em seu entender, o dever, a obrigação, quanto mais não seja em consciência, por respeito a si próprio que aprovou, de trazer os assuntos ao conhecimento dos outros vereadores. Se o faz em reuniões abertas ao público que é diferente de reuniões pública ou em reuniões fechadas, por assim dizer, é uma competência da Sra. Presidente. A Sra. Presidente é que saberá os assuntos que têm. Como já referiu, as reuniões abertas ao público já existem há uma dezena de anos, mas nunca se opôs a que possa haver reuniões que, pelo seu conteúdo não fossem abertas ao público, até porque já houve situações em que a Sra. Presidente guardou alguns assuntos para o final da reunião, alterou-se até a ordem de trabalhos para discutir os assuntos sem público. Referiu sempre ter defendido reuniões semanais até para não haver a desculpa para dizer que os assuntos não vieram a reunião porque demora, porque tomar determinadas decisões são quinze dias. Nunca se opôs a que a Sra. Presidente tomasse determinadas decisões, mas houve decisões que nunca tomaram conhecimento delas. Basta comparar as informações que tinham sobre os assuntos que eram deferidos ou indeferidos semanalmente por quem tinha competências. Neste mandato nunca tiveram essa informação. Quanto ao processo constante do ponto oito da ordem de trabalhos, que diz respeito a arranjos exteriores e cedências para o domínio público municipal, sem sabermos se o projeto foi aprovado, sem o conhecermos, não faz sentido nenhum. Deveria ter avocado o processo. Mas como já referiu, ficar por meias palavras e meias tintas também não fica e assim, apresentou duas propostas que ditou para a ata: -----  
A primeira proposta: "Qualquer proposta apresentada numa reunião ordinária de Câmara terá obrigatoriamente de ir a discussão e votação na reunião de Câmara seguinte."-----  
A outra proposta tem a ver com a periodicidade das reuniões de Câmara e é a seguinte: "O regimento da Câmara Municipal de Tomar, aprovado por deliberação de 31 de outubro de 2013, alterado por deliberação de 5 de janeiro de 2015 passe a ter a seguinte redação no artº 1 nº 1: "As reuniões ordinárias da Câmara Municipal terão periodicidade semanal..."-----  
São duas propostas que hoje faz e que espera ver na ordem de trabalhos da próxima reunião.



Relativamente ao Sr. António Lopes Rodrigues, falará como é obvio quando for apresentado o ponto sobre o voto de pesar.-----

**A Sra. Presidente** informou que, relativamente ao Parque de Campismo, entende que não tem que trazer aquilo que é gestão corrente da Câmara. Foram notificados há quinze dias, três semanas e estão em fase de contestação. -----

Por outro lado, já não é a primeira vez que o Sr. Vereador Pedro Marques refere que no mandato anterior tinham acesso à relação dos processos objeto de despacho no âmbito das delegações de competências. Referiu que a Lei 75/2013 entrou em vigor mais ou menos quando tomaram posse e que haviam situações que no passado obrigatoriamente tinham que vir a reunião de Câmara e que neste momento não tem que vir. Não vai estar a fornecer à Câmara informação que não é da sua competência. Por outro lado, a questão do Portal da Transparência, tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos, não vê que outro tipo de informação é que possa prestar. As informações relativas aos ajustes diretos ou às aquisições de bens e serviços são fornecidas à Assembleia Municipal a que os Senhores Vereadores, também tem acesso. Quanto ao facto de as propostas virem à reunião seguinte, efetivamente houve aqui uma altura em que não vieram porque existem propostas que entende que para se tomar uma decisão é necessário saber com aquilo que podem contar e as implicações, sobretudo financeiras, que as mesmas implicam. No entanto, ultimamente essa situação não se tem colocado, quando é apresentada uma proposta, na reunião seguinte, está na ordem de trabalhos. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** referiu que não vale a pena confundirem as coisas, não pede que os assuntos venham a reunião, apenas pede que sejam informados das situações.-----

Quando fala dos processos deferidos e indeferidos, trata-se de competências que a Sra. Presidente exerce e que os Senhores Vereadores exercem por subdelegação, mas são competências que foram delegadas pela Câmara, e são essas decisões às quais se está a referir. O importante é serem informados daquilo que se passa e das decisões que a Sra. Presidente e os Senhores Vereadores tomam, em vez de saberem através da comunicação social. E quer a Sra. Presidente queira, quer não queira, muitas das decisões são competências da Câmara, delegadas na Sra. Presidente. Na próxima reunião terá que ter aqui outras propostas senão, não saem da cepa torta e só vão sabendo das coisas lá fora. -----

Questionou se o tal projeto do Flecheiro já estava a andar e qual o terreno em concreto, porque não possuem essa informação. Referiu que o Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou várias vezes que há quarenta anos que as coisas não se fazem, salientou várias vezes que pela



g  
f

primeira vez a habitação social em Tomar integrou as famílias de etnia cigana, que concorreram a par dos outros e muito bem. No entanto, este caso é diferente, é só para o Flecheiro. Como não gosta de discutir este assunto na praça pública, nunca questionou aqui o que é que foi feito aos espaços que as pessoas que foram realojadas tinham no Flecheiro. Já foi dito que alguns tinham sido demolidos e espera bem que sim para não haver a tendência para aumentar o número de famílias a realojar. Este processo da GNR, só agora é que souberam em concreto, porque até agora não ligaram ao que ouviam nem àquilo que se escrevia muitas vezes nas redes sociais, porque podia ser especulação, até porque à partida seria um processo que tal como a área de saúde, entende que deveria ser o mais consensual possível. Tinha dúvidas que estivessem a avançar com o processo sem dar conhecimento a todo o Executivo. Afinal já percebeu que não. Ainda bem que resolveram o assunto, mas depois as consequências que houver para algumas falhas que possam vir a existir, devem-nas assumir por inteiro. Entende e já percebeu claramente, pelos discursos de hoje, que é assunto para campanha eleitoral. O discurso do Vereador Hugo Cristóvão vai todo nesse sentido. O facto de falar dos quarenta anos atrás, o de que agora é que estão a resolver, se não fosse campanha, tinham-lhes dado a informação antes de ir para a comunicação social. Isso é que era correto, se quisessem que o assunto fosse tratado de forma discreta e rigorosa que tem que ser. É o que acha.-----

**A Sra. Presidente** referiu que esta questão foi colocada desde o início do orçamento para este ano. Disse em Assembleia Municipal, dois dias depois de ter estado na CCDR, que aliás também foi notícia, deturpada daquilo que tinha dito, que não tinham financiamento comunitário para fazer o núcleo de alojamento local ou parque nómada, chamem-lhe aquilo que quiserem. Dois dias depois de ter estado na CCDR, tiveram uma Assembleia Municipal, na qual assumiu publicamente que não tinham financiamento, mas que iriam avançar na mesma. Percebe aquilo que querem dizer, mas não tem que trazer a reunião de Câmara a adjudicação do processo, a não ser que ultrapasse o limite legal da despesa. Aquilo que tem que discutir com os Senhores Vereadores, é mostrar-lhes o projeto. Informou que a seguir vão ter reunião nos SMAS para aprovar os projetos para intervir em Palhavã e que só depois virão a reunião para conhecimento, porque está em causa um projeto de cerca de seis mil euros que não tem que trazer a reunião. Entende que se poderiam sentar e dizer aquilo que pretendem fazer, mas não o fizeram. -----

Relativamente à questão dos despachos emitidos no âmbito das competências delegadas, deu razão ao Sr. Vereador Pedro Marques, inicialmente os despachos não vinham a reunião de



Câmara, mas o facto de ter alertado para a situação, levou a que começassem realmente a trazer a reunião de Câmara aquilo que são os despachos efetuados ao abrigo de competência delegada e subdelegadas. Realmente isso não foi feito desde o início do mandato, mas está a ser feito há cerca de um ano para cá. -----

Agora, não é o facto de tornar as reuniões de Câmara semanais, que vai colmatar aquilo que os Senhores Vereadores têm estado a dizer. O que poderá colmatar é a outra questão que falaram há pouco, mas que já percebeu que não é da vontade dos mesmos. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** referiu mais uma vez que não pretende que a Sra. Presidente traga esses assuntos a reunião de Câmara para decisão, apenas disse que obviamente deveriam ser informados de tudo aquilo que tiver despesa. Esse projeto tem despesa e a Sra. Presidente já avançou com ele. Não disse que a Sra. Presidente não tem competência para adjudicar, a Sra. Presidente é que está a colocar a questão nas competências. Com todo o respeito, obviamente que ninguém está a por em causa as competências da Sra. Presidente. Referiu que, ainda hoje, alguém o encontrou na rua e falou nos processos que vão ser abertos para cabouqueiros e para canalizadores dos SMAS e perguntaram se não vinha a reunião, tendo respondido que não, que a competência era da Sr. Presidente. Não há discussão. Apenas querem ser informados das situações nem que seja depois da decisão final.-----

**O Sr. Vereador Rui Serrano** tomou a palavra para apresentar o seguinte requerimento: -----  
"Eu, Rui Miguel dos Santos Serrano, vereador atualmente em regime de não permanência, nos termos do disposto no artigo 53 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicito que seja divulgado no balcão de atendimento único e no portal do Município, que irei efetuar atendimento ao público nos dias da reunião de câmara após marcação prévia, no seguinte horário: das 10h00 às 13h00. -----

Solicito que, igualmente, seja disponibilizada uma sala para o efeito, no edifício dos Paços do Concelho.-----

Solicito também respetivo apoio de secretariado para as marcações prévias a realizar pelos Municípes.-----

Mais informo que este atendimento aos Municípes deverá ter início a partir do mês de outubro." -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída**



*[Handwritten signature]*

**previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.**-----

O Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro não participou na votação por não ter estado presente na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**-----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e três de setembro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove euros e quatro centavos (3.669.839,04€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e um mil cento e seis euros e trinta e nove centavos (181.106.39€) em Operações Não Orçamentais.-----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 - VOTO DE PESAR** -----

No passado dia 20 de setembro, faleceu António Lopes Rodrigues, presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, entre 1997 e 2013, cargo que desempenhou com grande dedicação, afeto, saber e devoção.-----

António Rodrigues deu um grande e profundo contributo para o desenvolvimento do nosso concelho, sendo considerado por todos como um grande autarca, um Homem bom, competente e dedicado.-----

Depois de deixar o cargo de presidente da junta, António Rodrigues dedicou-se ainda ao CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar onde era tesoureiro.-----

A sua presença sempre foi bondosa e generosa, como podem atestar todos aqueles que com ele trabalharam e conviveram.-----

Tomar perdeu um grande Homem e a sua morte deixa-nos bastante tristes.-----

António Lopes Rodrigues será sempre recordado como um digno e ilustre autarca, um Homem empenhado, dedicado e competente. Um democrata, um amigo, um prezado empresário, um político íntegro e respeitado.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara Municipal de Tomar manifesta a sua gratidão pelo muito que fez em prol do concelho e lamenta profundamente a sua perda e delibera aprovar um voto de sentido pesar pelo falecimento do ex-autarca António Lopes Rodrigues e expressar condolências à sua família e amigos.-----



Handwritten signature

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 02 - PORTAGENS NA A13** -----

Foi presente uma proposta do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques, do seguinte teor: -----

“Por razões várias, a população de Tomar e seu concelho, bem como de toda esta região há muito ambicionam uma alternativa viária à EN110, designadamente ao nível da saúde, do ensino, a nível económico e empresarial e mesmo do ponto de vista turístico e cultural, que permita de forma célere, segura e com menores custo a ligação a Coimbra. -----

Com as últimas medidas políticas governamentais, a tão ambicionada alternativa à N110, IC3, foi transmudada para a A13 e com esta medida, goradas foram as expectativas da população do nosso Concelho e de toda esta região.-----

E digo goradas porque todos os lanços da A13 sujeitos a portagem, com recurso a um sistema exclusivo eletrónico sem possibilidade de pagamento manual no local, constitui um retrocesso na qualidade de vida da população do ponto de vista social, da segurança e da mobilidade. ----

O custo de cada portagem é elevadíssimo e exagerado com evidente agravo na economia das famílias e das empresas locais e regionais. -----

Constata-se deste modo que a A13 acaba por ter um reduzido tráfego rodoviário, uma sobrecarga acentuada de tráfego na N110, com a conseqüente degradação do pavimento desta, aumento dos riscos de insegurança rodoviária, obviamente decorrentes da travessia continuada e permanente das povoações que abundam ao longo desta via, entre Tomar e Coimbra. Acrescendo a tudo isto a delonga temporal que não justifica a distância existente entre as duas cidades e os inúmeros incómodos, digo mesmo prejuízos, que acarreta para os que cada vez mais têm de fazer este percurso.-----

A Comissão interministerial de Coordenação do Acordo de parceria – CIC Portugal 2020 – aprovou no dia 1 de julho de 2015, uma alteração da deliberação relativa à classificação de 164 Municípios de baixa densidade, para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva, no âmbito do Portugal 2020, da qual fazem parte os Municípios que são atravessados pela A13. -----

Sendo do conhecimento público e geral que o governo está a avaliar a possibilidade da revisão do custo das portagens associadas a autoestradas do interior do país, e, à semelhança da actuação que outros Municípios estão a levar a efeito,-----

Proponho: -----

Que o Município de Tomar tome uma posição firme junto da Administração Central, Governo,



*[Handwritten signature]*

quanto às preocupações que acabei de enunciar, por forma a obter sustentabilidade no desenvolvimento local e regional onde a nossa população se insere; -----

Exigir que a A13 seja incluída nas vias do interior e com a consequente supressão das portagens.-----

Dar conhecimento desta tomada de posição ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à CIM-RC, aos Municípios servidos pela A13 e à ANMP." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta apresentada.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NOS MESES DE JULHO E DE AGOSTO DE 2016**-----

Foi presente a informação n.º 235/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento da cedência do autocarro do Município no dia 24 de julho, por lapso não indicada na correspondente relação mensal, e no mês de agosto de 2016.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 3.982,10€ (três mil novecentos e oitenta e dois euros e dez cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016**-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em julho, agosto e setembro de 2016, pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d), f), y) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 2 do artigo 35º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 4 do artigo 5.º do RJUE; pelo Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e w) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 4 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 16º do RJUE e pelo Sr. Vereador Rui Serrano, ao abrigo das alíneas y) e w) do n.º 1 do referido artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 05 – FESTA DOS TABULEIROS DE 2015 – Custos suportados pelo Município**-----

Foram presentes, para conhecimento, os custos suportados pelo Município de Tomar com a edição de 2015 da Festa dos Tabuleiros, no valor total de 247.599,27€ (duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e noventa e nove euros e vinte sete cêntimos).-----



*[Handwritten signature]*

A Câmara tomou conhecimento.-----

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----

**N.º 06 – FEIRA DE SANTA IRIA 2016 – TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO** -----

Foi presente a informação n.º 319/2015 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal a seguinte proposta: -----

“Em virtude de se ir realizar, no período de 14 a 23 de outubro, mais uma edição da Feira de Santa Iria, impõe-se a necessidade de condicionar o trânsito em algumas artérias da nossa cidade.-----

Assim, propõe-se que seja deliberada a elaboração do indispensável Edital contemplando as seguintes situações: -----

1-Condicionamento e/ou alteração ao trânsito:-----

1.1. Várzea Grande e Av. General Bernardo Faria; -----

1.2. Avenida António Fonseca Simões; -----

2. Zona reservada a trânsito de peões no arruamento defronte ao Tribunal, bem como nas duas ruas laterais ao mesmo, exceto viaturas prioritárias, entre as 00h00 do dia 09 e as 24h00 do dia 25 de outubro. -----

3. Circulação e estacionamento proibido na Avenida António Fonseca Simões (sentido Túnel-estação CP) entre as 07h00 do dia 13/10/2015 e as 18h00 do dia 24 de outubro, sendo a circulação em ambos os sentidos, efetuada na outra faixa de rodagem. -----

4. Estacionamento e circulação proibidos nos arruamentos circundantes à Praceta do Soldado Desconhecido, entre as 07H00 do dia 13/10/2016 e as 18H00 do dia 24 de outubro. -----

5. O trânsito na Rua Coronel Luís António Aparício, realizar-se-á nos dois sentidos, sendo o estacionamento proibido, entre as 00h00 do dia 09 e as 24h00 do dia 24 de outubro. -----

6. Durante o período de decorrência da Feira de Santa Iria 2016, é apenas permitido o estacionamento de viaturas de apoio a todos os feirantes na faixa direita de rodagem da Av. António da Fonseca Simões, no sentido Túnel-Estação C.P, até 10 m do início do setor I (venda confeção).-----

7. Ficará ainda o trânsito condicionado, no dia 20 de outubro (dia de Santa Iria), das 09h30m às 12h30m, nas seguintes artérias: -----

- Ruas de acesso à Praça da República; -----
- Rua Infanteria 15; -----
- Avenida Cândido Madureira; -----
- Rua Everard; -----



- Ponte Velha – local de lançamento de flores ao rio Nabão.-----
8. Só será permitida a entrada de qualquer veículo, para efeito de abastecimento, na zona a que se referem os presentes condicionamentos de trânsito, no período compreendido entre as 07.00H e as 08.30H, salvaguardadas as devidas exceções.-----
9. O Trânsito ficará condicionado, das 00h00 do dia 03/10/2015 até às 24h00 do dia 13/10/2015, nos seguintes locais:-----
- \* Arruamentos limítrofes à Várzea Grande e correspondente placa central, bem como na Avenida General Bernardo Faria; -----
  - \* Rua 10 de Agosto de 1385, do seu início (entroncamento com a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra) até à entrada da Estação Rodoviária.-----
10. Todas as infrações ao contido no presente edital em relação ao tráfego, serão penalizadas de acordo com o previsto no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94 de 3 de maio, com as devidas alterações posteriormente introduzidas e de acordo com o previsto no Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 01 de outubro.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos. -----  
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 07 – TOPONÍMIA – ATRIBUIÇÃO DO NOME DO CIDADÃO JOAQUIM DA COSTA SANTOS A ARTÉRIA NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR**-----

Foi presente a informação n.º 47/2016 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, submetendo ao Executivo Municipal a proposta dos órgãos representativos da freguesia de São Pedro de Tomar, para atribuição do nome de Joaquim da Costa Santos à rua que passa junto ao centro de dia, como reconhecimento público ao trabalho, esforço, dedicação e apoio prestado pelo referido cidadão a obras da freguesia, nomeadamente a construção do edifício do centro de dia e lar, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou solicitar parecer à Comissão de Toponímia, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----  
Neste momento, foi decidido alterar a ordem de trabalhos, passando a deliberação da seguinte forma:-----





*[Handwritten signature]*

Operário de Cem Soldos. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 3.024,63€ (três mil e vinte e quatro euros e sessenta e três cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – FESTIVAL VENS OUVIR OU VENS CURTIR? – apoio dos Bombeiros e cedência de equipamento**-----

Foi presente a informação n.º 1339/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o apoio prestado à edição de 2016 do Festival Vens Ouvir ou Vens Curtir?, conforme solicitado pela respetiva organização.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os apoios prestados, no montante total de 512,00€ (quinhentos e doze euros). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 13 – UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém** -----

Foi presente a informação n.º 1072/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da sala de formação do Complexo Desportivo Municipal, nos dias 8 e 9 de outubro de 2016, para realização de ação de formação, conforme solicitado pela Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 14 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE WAKEBOARD E WAKESKATE** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Portuguesa de Wakeboard e Wakeskate, para a dinamização de atividades no cable park instalado na praia fluvial dos Montes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a



g  
f

minuta do protocolo, nos seus precisos termos, para vigorar até ser assinado com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo o protocolo para a gestão conjunta dos equipamentos instalados no Médio Tejo. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 15 – ACEITAÇÃO DE DONATIVO EM COMBUSTÍVEL DA GALP-----**

Foi presente a informação n.º 1257/2016 da Divisão de Proteção Civil, submetendo ao Executivo Municipal a aceitação de cartão GALP, com um plafond de 1.000,00€ (mil euros) em combustível, para ser utilizado pelos Bombeiros Municipais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:-----**

**N.º 16 – FESTA DOS TABULEIROS DE 2015 – MAPA DE EXPLORAÇÃO-----**

Foi presente carta da Comissão Central da Festa dos Tabuleiros, apresentando os custos e proveitos da Festa dos Tabuleiros realizada em 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 08 – RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA DE SANTA IRIA PARA FUNCIONAMENTO DE HOTEL DE 3 ESTRELAS – arranjos exteriores e cedências para o domínio público municipal -----**

Foi presente a informação n.º 8294/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aceitação da cedência para o domínio público municipal da área de 202,40 m<sup>2</sup>, nos termos previstos no Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, e a aceitação da proposta de arranjos exteriores apresentada por Ninho do Falcão – Atividades Hoteleiras, Limitada, no âmbito da reconstrução e ampliação de edifício sito na rua de Santa Iria, n.ºs 12 a 18, a destinar a uso turístico, para funcionamento de hotel de três estrelas, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a cedência para o domínio público municipal da área de 202,40 m<sup>2</sup>, nos termos previstos no Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, conforme enquadramento exposto no ponto 3.1.3 da informação, que homologa, bem como aceitar a proposta de arranjos exteriores feita para



tal área com as salvaguardas legais aplicáveis.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Maria João Brites da Costa Henriques, Chefe de Divisão, mandei escrever e subscrevo.**-----

*nohele rziL*  
\_\_\_\_\_  
*Maria João Brites da Costa Henriques*  
\_\_\_\_\_